

*CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL*



**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES
EM 2004**



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(*Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151*)

ÍNDICE

ADVERTÊNCIA	1
INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL	4
PARECERES E REFLEXÕES	5
ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL	7
ANEXOS	12



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Órgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES EM 2004 DO CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNADS)

ADVERTÊNCIA

1. Correspondendo ao cumprimento do disposto nos **art.º 2.º, n.º 2 d), e 16.º do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, conforme a redacção constante do Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de Junho**, o **Relatório Anual de Actividades do CNADS 2004** reporta as mais significativas actividades realizadas no **sétimo ano de funcionamento** deste órgão consultivo, assim como aquelas a que directa ou indirectamente esteve associado.
2. Como foi sempre prática do CNADS o presente Relatório foi elaborado pautando-se pelo rigor e objectividade. Com o inestimável empenho dos seus membros, funcionários, Secretário Executivo e de quantos quiseram dar o seu contributo ao Conselho durante o ano de 2004, apesar dos limitados meios disponíveis, foi possível realizar, por iniciativa própria ou a convite de outras entidades, um trabalho de análise, estudo e divulgação que correspondesse ao mandato que lhe foi cometido.

Integrado na rede europeia dos **Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /European Environment and Sustainable Development Advisory Councils (EEAC)**, o CNADS vem exercendo um quarto mandato no respectivo *Steering Committee* e um terceiro mandato como Vice-Presidente deste órgão directivo, na pessoa do Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, em resultado de eleição efectuada na 12.ª Conferência Anual dos Conselhos, realizada em Outubro de 2004, em Berlim.

3. O CNADS procurou, na medida das suas possibilidades, e graças à dedicação dos seus membros, participar e acompanhar, quer a nível comunitário, quer a nível nacional, colóquios, conferências, seminários ou reuniões de trabalho. Merece particular destaque a **participação activa nas actividades da rede de Conselhos E.E.A.C. – European Environment and Sustainable Development Advisory Councils**, - patente, sobretudo, no envolvimento em Grupos de Trabalho respeitantes a matérias de especial interesse para Portugal.
4. O CNADS, que pretendeu desde sempre manter um relacionamento funcional e uma estreita colaboração com os diferentes Ministérios e as diversas instituições da Administração Pública, em especial com o Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente posteriormente denominado Ministério do Ambiente e Ordenamento Território, confrontou-se ainda em 2004 com dificuldades de ordem financeira e de meios técnicos e humanos, resultantes dos cortes orçamentais. Esta situação foi, em parte, resolvida com a **publicação do Decreto Lei n.º 136/2004, de 3 de Junho**, que reforçou a representatividade de alguns sectores da sociedade civil no CNADS e criou as condições para melhoramento do seu Secretariado técnico.
5. O Relatório respeitante a 2004 integra, em Anexos, o **Balancete do Orçamento de Financiamento por Classificação Económica Relativo ao Ano de 2004, um Quadro com a composição do Conselho** e vários **Quadros - síntese** que reportam aspectos relevantes das actividades desenvolvidas ao longo do ano em análise.



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

[Aprovado por unanimidade na 3.ª Reunião Ordinária do Conselho de 22 de Abril de 2005]

O Presidente

Mário Ruivo



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

INTRODUÇÃO

6. O Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), durante o ano de 2004, reuniu seis vezes em **sessões plenárias**, sendo uma Extraordinária e cinco Ordinárias (vide Anexo II), verificando-se um decréscimo de três reuniões relativamente ao ano anterior, em consequência da deliberação unânime de suspensão de actividade tomada na sétima Reunião Extraordinária de 2003. Durante o ano de 2004 renunciou ao seu mandato o Conselheiro Rúben de Menezes, tendo sido substituídos os Conselheiros Francisco Ferreira e José Carlos Morais, designados pelas Associações de Defesa do Ambiente, pelos Conselheiros Luís Guerreiro e Manuel Ferreira dos Santos, e designados já de acordo com o artigo 3.º do novo diploma orgânico do Conselho (Dec.Lei n.º 136/2004) os Conselheiros Ana Paula Fernandes (ONGD), Carlos Luis Figueira (ANADER), Vasco Colaço (DECO) e Manuel Dias (Confederação do Turismo) (cfr. Anexo V). Apesar das solicitações formalmente expressas às entidades competentes pelo Presidente do CNADS, e bem assim das iniciativas previstas no **Plano de Actividades (2002-2004)**, a actividade do Conselho foi muito condicionada pela **dotação orçamental inicial** (redução de **6,3%** em relação a 2003) O suporte financeiro do Conselho no seu sétimo ano de exercício — para o qual se propôs como mínimo indispensável de €272.560,00 sofreu uma redução de -23,3% em relação à dotação conferida no 1.º exercício (1998), ao qual corresponderam apenas oito meses de actividade. Conforme o **Plano de Actividades para o triénio 2002-2004**, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, e no **Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de Junho**, segundo os quais “*competem ao Conselho, por sua iniciativa ou a solicitação dos membros do Governo responsáveis pela área do ambiente, de entidades públicas ou de organizações de defesa do ambiente, emitir pareceres e recomendações sobre todas as questões relativas ao ambiente e ao desenvolvimento sustentável*”, o CNADS procedeu regimentalmente à criação e, nalguns casos, à reconstituição de vários **Grupos de Trabalho** para o cumprimento desses objectivos.
7. Os diversos **Pareceres, Reflexões e/ou Comentários** elaborados, após aprovação pelo plenário⁽¹⁾, foram enviados às instâncias competentes dos poderes executivo e legislativo, tendo sido providenciada a adequada difusão pública, não só junto dos principais parceiros sociais, como do público em geral, através dos meios de comunicação social e correio electrónico.
8. Durante o ano de 2004, o CNADS foi solicitado a participar em diversas **Conferências, Encontros, Congressos e Seminários** — nacionais e internacionais — intervindo ou fazendo-se representar pelos membros designados para o efeito, assim como pelo respectivo Secretariado, quando julgado apropriado, garantindo, sempre que lhe foi possível, uma presença e uma intervenção no quadro do mandato que lhe foi atribuído (cfr. Anexos III e IV).
9. O CNADS, como já assinalado, prosseguiu a sua actividade como membro efectivo da rede dos **EEAC (European Environmental Advisory Councils)**, da qual o Conselheiro Viriato Soromenho-Marques é **Vice-Presidente re-eleito do seu Comité Director (Steering Committee)**. Deste modo, tem sido possível estabelecer, entre outros aspectos, um melhor equilíbrio bem como uma reflexão mais equitativa sobre a problemática as especificidades dos Estados do Sul da Europa, uma vez que o CNADS continua a ser o único Conselho da região meridional com assento naquela rede europeia. No decorrer dos trabalhos da **12ª Conferência Anual dos EEAC**, que se realizou entre 13 e 16 de Outubro, em Berlim, o tema foi “*Towards a European Policy on the Marine Environment*.” As matérias relativas à reestruturação da rede foram objecto de debate, designadamente a deliberação quanto à instituição de uma Fundação capaz de apoiar logisticamente a rede.

ACTIVIDADES NA ESFERA NACIONAL

10. À semelhança dos anos anteriores, as actividades do Conselho traduziram-se, conforme o **Plano de Actividades 2002-2004**, em duas grandes vertentes: (i) na **esfera nacional**, analisando e emitindo Pareceres, Reflexões e Comentários; e (ii) na **esfera internacional**, entre outros, mediante o

⁽¹⁾ De registar que **todos** os documentos **aprovados** pelo Conselho o foram **por unanimidade**.



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

acompanhamento e envolvimento em actividades integradas no âmbito da *Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas*, no *Informal Consultative Process on Ocean Affairs*, no *Steering Committee dos EEAC* e nas iniciativas em domínios especializados não só desta rede consultiva europeia, como de outras organizações internacionais ou ONGs de cariz internacional (vg. *Earth Charter Initiative*).

11. Tal como previsto no *Plano de Actividades 2002-2004*, o CNADS, apesar das dificuldades orçamentais e de recursos humanos e técnicos anteriormente mencionadas, procurou fazer o **acompanhamento das temáticas estratégico-políticas nacionais** mais relevantes, tendo, participado em várias iniciativas (*Encontros, Congressos, Conferências e Seminários*) sobre **temas referentes às áreas do ambiente e do desenvolvimento sustentável**, organizadas por várias organizações e instituições não governamentais e da Administração Pública, Central e Local, as quais constam de um quadro apresentado no Anexo III.
12. De entre os numerosos eventos participados constantes do Quadro Anexo III, releva-se o Seminário Internacional promovido pela CCDR Algarve, que se realizou no dia 17 de Dezembro de 2004, na **Universidade do Algarve**, subordinado ao tema **“Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: da Escala Nacional à Regional”**. Tendo em conta o particular interesse e envolvimento do Conselho no **“Contributo para o Estabelecimento de um Sistema Nacional de Indicadores sobre o Desenvolvimento Sustentável”**, (CNADS, Março 2003), ao convite formulado, correspondeu o CNADS com a designação do Conselheiro Rui Godinho, membro do Grupo de Trabalho que acompanhou esta matéria. O Conselheiro Rui Godinho fez uma apresentação sobre as matérias em apreço. Em nome, igualmente, do Conselho participou o Conselheiro João Alveirinho Dias.

PARECERES E REFLEXÕES

13. No cumprimento do seu mandato e no respeito pelo que constava, a título indicativo, no *Plano de Actividades 2002-2004*, o Conselho procedeu à **análise e apreciação de matérias referentes ao desenvolvimento sustentável**, contribuindo, deste modo, para o processo de tomada de decisão, através da **emissão de Pareceres, Reflexões, Comentários ou Análises**, por iniciativa própria ou correspondendo a solicitações formuladas por diversas entidades. Esses Pareceres e Reflexões foram enviados às instâncias competentes da Administração, do Poder Legislativo e aos parceiros sociais envolvidos, para além da sua ampla divulgação através dos meios de comunicação e por correio electrónico. Enumeram-se, seguidamente, **os documentos que foram aprovados por unanimidade no decurso do exercício de 2004**:

- Reflexão sobre Princípios e Directrizes de Novos Diplomas Relativos à “Reserva Ecológica Nacional – REN”, à “Reserva Agrícola Nacional – RAN” e à “Disciplina de Construção fora dos Perímetros Urbanos” (Abril de 2004) – Na sequência do **ofício da DGOTDU, de 6 de Janeiro de 2004, no qual se solicita um parecer sobre o estudo técnico elaborado, a pedido do Governo, por uma equipa de especialistas coordenada pelo Prof. Sidónio Pardal, o CNADS elaborou a Reflexão atrás referida. Este documento teve como Relator da Proposta de Reflexão o Conselheiro Eugénio Sequeira, que contou com os contributos dos Conselheiros João Santos Pereira, Rúben de Menezes, Rui Godinho e Secretário Executivo do Conselho. Sob a forma de “Elementos para uma Reflexão” o Presidente do CNADS deu conhecimento ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, a 31 de Março de 2004, do essencial deste documento que, com algumas alterações de carácter essencialmente redactorial, foi unanimemente aprovado pelo plenário do Conselho a 22 de Abril de 2004. No essencial conclui-se: “Entende o CNADS que as soluções apontadas para as matérias em apreço, não são compatíveis com a sua remissão para a lógica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território(...).” E ainda que:**

“A matriz “municipalização” dos instrumentos regulamentadores dos usos do solo não se compadece com o primado da universalidade dos princípios de gestão do território nacional, como um todo. A regulamentação dos usos do solo carece, igualmente, de uma forte articulação com a reforma da fiscalidade do património. Pelo que precede, considera o CNADS que o teor das propostas do documento em apreço deveriam ser reequacionadas e reorientadas, não obstante algumas ideias e conceitos expressos apresentarem interesse potencial.



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

Dever-se-ia procurar harmonizar os dois institutos com a Política Agrícola Comum, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, e, em especial, com as directivas europeias de Protecção do Recurso Solo e as Convenções Internacionais (v.g. Biodiversidade, Paisagem da Europa e de Combate à Desertificação) e, bem assim, com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável, em fase final de revisão para posterior implementação.

O CNADS, face a matérias de tão grande importância estratégica e estruturante como são a REN e a RAN, e tendo em vista criar um clima de abertura que permita uma empenhada participação da sociedade civil e dos grupos de interesses que a integram, recomenda que se proceda, quanto antes, a uma análise objectiva e abrangente do que tem sido a implementação destes instrumentos, por forma a determinar com rigor o futuro quadro orientador para a sua revisão”.

- Parecer sobre o Projecto de Lei N.º 381/IX/2ª que Regula o Acesso aos Documentos da Administração (Junho de 2004) – A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República solicitou ao Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável a elaboração de um parecer sobre o Projecto de Lei n.º 381/IX/2ª, no qual estava subjacente a revisão da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto, regulamentadora do acesso aos documentos da Administração (LADA). Para dar resposta a esta solicitação o Plenário do CNADS, na sua Reunião Extraordinária de 22 de Abril de 2004, deliberou criar um Grupo de Trabalho mandatado para preparar um parecer sobre o referido Projecto de Lei. O mencionado Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Conselheiro Henrique Schwarz, integrou os Conselheiros José Carlos Morais, Luísa Schmidt e o Secretário Executivo, e iniciou as actividades recolhendo a informação ao mesmo tempo que promoveu consultas a especialistas na matéria, tais como o Dr. Francisco Teixeira da Mota e a Deputada Isabel de Castro (PEV), como representante do Grupo Parlamentar proponente do Projecto de Lei. Neste parecer o Conselho salientou, entre outros, “a questão dos meios, materiais e humanos, postos a disposição da CADA não seja matéria a integrar na LADA, o reforço das atribuições e competências desta entidade, implica que estes meios, sejam reequacionados, de modo a permitir que a capacidade de resposta da Comissão possa estar à altura destas novas exigências...” Sujeito a apreciação este “Parecer” foi aprovado por unanimidade na 1ª Reunião Ordinária do CNADS, em 17 de Junho de 2004.
- Comentários Prévios sobre a Avaliação de Impacte Ambiental de Planos e Programas; Regulamentação da Directiva n.º 2001/42/CE (Junho de 2004) - No âmbito do seu mandato e reconhecendo a importância do Projecto de Decreto-Lei que estabelece o regime de avaliação estratégica, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, referente à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, o CNADS reconheceu nestes “Comentários” ser relevante desencadear procedimentos para a audição de entidades públicas e privadas, bem como, personalidades de reconhecido mérito e competência na matéria, com vista a dar continuidade ao reiteradamente preconizado em anteriores trabalhos do Conselho.
- Parecer Relativo ao “Estudo Sobre o Novo Diploma para a RAN, REN e Disciplina de Construção Fora dos Perímetros Urbanos” (Outubro de 2004) –Correspondendo ao pedido formulado em 25 de Junho de 2004, pelo Director-Geral da DGOTDU (of.º 2695), pedido esse reiterado pessoalmente pelo Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território aquando da sua intervenção na Reunião Ordinária do Conselho de 22 de Setembro de 2004, foi constituído um Grupo de Trabalho, sob a coordenação do Conselheiro Eugénio Sequeira e composto pelos Conselheiros Jaime Braga, João Santos Pereira, José Guerreiro dos Santos, José Guerreiro, Luísa Schmidt, Rui Godinho, com e o apoio do Secretário Executivo do CNADS. Este Grupo de Trabalho promoveu as audições tidas por imprescindíveis bem como as consultas específicas apropriadas. Neste contexto, e após



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

ouvir os vários especialistas na matéria, elaborou-se um parecer “que, assente e sobre os princípios que deverão nortear uma possível revisão dos diplomas da REN e RAN, tem como quadro de referência as suas “Reflexões” de Fevereiro de 2000 e de Abril de 2004”. O CNADS recomendava ainda que os “Instrumentos de Política do Ambiente e Ordenamento do Território, REN e RAN, sejam objecto de revisão urgente(...)”. Por outro lado, propunha que “A regulamentação dos usos do solo carece, igualmente, de uma forte articulação com a reforma da fiscalidade do património” e que “a necessidade de um urgente debate sobre o conteúdo e dimensão do Direito de Propriedade, a sua inter-relação com os problemas do jus aedificandi e a atribuição e repartição das mais e menos valias resultantes das decisões administrativas”. Este Parecer foi aprovado por unanimidade na Reunião Ordinária do CNADS, em 27 de Outubro de 2004.

- Parecer sobre a Proposta de Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Novembro de 2004) - Na sequência do Despacho do Senhor Primeiro Ministro, de 2 de Julho de 2004, a proposta de “Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável” (ENDS) e a do “Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável: Fichas Estratégicas” (PIENDS) foram “submetidas ao próximo Governo para os efeitos que este entender por convenientes e adequados”. O CNADS deliberou, na sua reunião de 22 de Julho, que o Grupo de Trabalho do Desenvolvimento Sustentável (GTDS) elaborasse um Parecer, tendo em conta, entre outros aspectos relevantes, salientar a responsabilidade assumida neste processo pelo Conselho desde 2001. Este GT, sob a coordenação do Conselheiro Henrique Schwarz, integrando os Conselheiros Ana Paula Fernandes, Jaime Braga, José Faria e Santos, José Manuel Calheiros, Luis Veiga da Cunha, Manuel Ferreira dos Santos, com o apoio do Secretário Executivo, deu início aos trabalhos, em 17 de Setembro de 2004, deles resultando a Proposta de Parecer, na qual “O Conselho recorda que tanto a ENDS como o PIENDES devem ser entendidos como instrumentos vitais de alcance estratégico visando grandes desígnios nacionais, cujo horizonte de legitimidade e de validade deverá ser percebido ao longo de sucessivas legislaturas, tal como o período de vigência 2005-2015 indica”. O Parecer final foi submetido à apreciação do Conselho e aprovado por unanimidade na 5ª Reunião Ordinária, em 30 de Novembro de 2004.

ACTIVIDADES NA ESFERA INTERNACIONAL

14. As principais actividades do Conselho na esfera internacional foram as a seguir enumeradas:

- O **Comité Directivo da rede dos Conselhos Consultivos Europeus de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EEAC Steering Committee)**, no contexto da Presidência da UE (Irlanda), reuniu em Bruxelas, de 16 a 19 de Janeiro de 2004, para coordenar as acções a realizar no 1º semestre e planificar a actividade colectiva dos Conselhos subscritores e/ou associados. Neste evento esteve presente o Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, na dupla qualidade de Vice-Presidente e representante do CNADS.
- Sob a iniciativa do **Global Marshall Plan**, decorreu em Bruxelas, nos dias 29 e 30 de Janeiro, um **Workshop** que, na esteira da Cimeira de Joanesburgo e no quadro do alargamento da UE, visa implementar um mercado eco-social global, aprofundando a cooperação com os países em desenvolvimento. Esta iniciativa teve o apoio de ONG’s, empresas privadas, políticos e sociedade civil. A Conselheira Luísa Schmidt, em representação do CNADS, interveio como relatora do último painel deste Workshop.
- A **English Nature** (membro fundador dos EEAC) organizou a 9 de Março de 2004, em Bruxelas, a **Reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Biodiversidade dos EEAC**. A esta reunião esteve associada a Comissão Europeia, arrancando os trabalhos relativos à Biodiversidade Marinha e à revisão da Estratégia Europeia sobre este domínio. Como corolário do envolvimento do CNADS e a sua articulação com o Grupo de Trabalho congénere sobre a Zona Costeira e Ambiente Marinho, o Conselho foi representado pelo Conselheiro António Domingos Abreu.



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(*Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151*)

- Para análise da Estratégia Europeia Marinha e do relatório dos EEAC sobre as diversas componentes da protecção marinha, à luz das directivas e convenções europeias, decorreu em Bruxelas (Scotland House), a 30 de Março, a **reunião do Grupo de Trabalho para as Zonas Costeiras e Ambiente Marinho dos EEAC**. O CNADS contou, como anteriormente, com a dedicada colaboração do Professor Carlos Sousa Reis.
- Inserida num processo com o objectivo de avaliação e análise comparada das **Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável** (*post-Gotemburgo*) e da própria União Europeia, decorreu em Kinsale (Cork), Irlanda, de 15 a 16 de Abril, a Conferência **“Desafios e Oportunidades para o Desenvolvimento Sustentável da União Europeia do 25”**, co-organizado pela **Presidência Irlandesa e pelo congénere irlandês do CNADS, COMHAR**. O CNADS, na qualidade de membro da rede dos EEAC, e integrado no *Steering Committee*, assim como, fazendo parte do Grupo de Trabalho encarregue de elaborar o estudo de *“benchmarking”*, foi representado neste evento pelos Conselheiros Viriato Soromenho-Marques, Henrique Schwarz e pelo Secretário Executivo Aristides Leitão.
- Por iniciativa do **Global Marshall Plan**, decorreu em Bruxelas, nos dias 4 e 5 de Maio, um **2º Workshop Europeu** que, na esteira da Cimeira de Joanesburgo, e no quadro do alargamento da União Europeia, pretende implementar um mercado económico global visando o aprofundamento e a cooperação com os países menos desenvolvidos. Em representação do CNADS, participou a Conselheira Luísa Schmidt que foi moderadora e relatora do painel final de conclusões.
- Na sequência do processo iniciado no sistema das Nações Unidas em 2000, realizou-se em Nova York (ONU), de 7 a 11 de Junho, a **5ª Sessão** do – **Informal Consultative Process on Oceans and Law of the Sea (UNICPOLOS)**, a cuja génese e desenvolvimento Portugal está estreitamente ligado, tendo ao longo do tempo protagonizado no seio da União Europeia um papel de liderança. O Conselho foi representado pelo Secretário Executivo Aristides Leitão, que desde o início do processo na 7ª CDS (1999), conjuntamente com o Presidente do CNADS, Mário Ruivo, acompanharam o processo, quer na vertente concertação comunitária, quer no âmbito das Nações Unidas.
- Na sequência da Conferência de Kinsale sobre a revisão da Estratégia de Lisboa e da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (Gotemburgo), atrás referida, decorreu no dia 11 de Junho, em Bruxelas, **uma reunião de trabalho da Directora-Geral do Ambiente Catherine Day com o Steering Committee dos EEAC**. O Vice-Presidente do *Steering Committee*, Conselheiro Viriato Soromenho-Marques, esteve como interlocutor no tema da Estratégia de Gotemburgo e participou como representante do CNADS neste evento.
- Sob o tema **“Towards a European Policy on the Marine Environment”**, realizou-se a **12ª Conferência Anual dos EEAC**, em Berlim, de 13 a 16 de Outubro de 2004. Esta Conferência revestiu-se de particular interesse para o CNADS por representar como que o corolário dos esforços que o Conselho veio desenvolvendo desde a Conferência de Sesimbra (Junho 2000), ao mesmo tempo em que a Estratégia Europeia de Protecção Marinha (EU) entrou na sua fase final. Neste evento foram, ainda, objecto de apreciação e de votação **Declarações sobre as Estratégias de Lisboa e de Göteborg**, bem como o Estudo Comparado (*benchmarking*) das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Europeias, tendo sido a **ENDS/PIENDS** um dos documentos avaliados. Importa, ainda, realçar a importância de que se revestiram as **Reuniões de Trabalho de Agricultura (nova PAC)**, da **Biodiversidade (Estratégia Europeia e 6º Programa de Acção)** e do **Desenvolvimento Sustentável (revisão da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável)**, para além da tomada de posição face à Constituição Europeia e aos desafios da entrada de novos estados-membro, em termos de desenvolvimento sustentável.
- Dada a diversidade temática exigida nesta Conferência, o CNADS foi representado pelo seu Presidente, Mário Ruivo, pelos Conselheiros Viriato Soromenho-Marques e Eugénio Sequeira, pelo Secretário Executivo Aristides Leitão e pelos peritos convidados Prof. Carlos Sousa Reis, Prof. Ricardo Serrão Santos e Comandante Joaquim Ferreira da Silva



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

- Sob a égide da Presidência Holandesa e da Comissão Europeia, decorreu em **Roterdão**, de 10 a 12 de Novembro, a **2ª Conferência de “Stakeholders”** sobre a **Estratégia Marinha Europeia**. Na esteira da 1ª Conferência de KØGE, esta Conferência foi decisiva para o debate sobre a referida Estratégia e para que pudesse ser aprovada em 2005, pelo Conselho e Parlamento Europeus. De relevar, também, que o “*statement*” que a rede dos Conselhos Europeus EEAC aprovou na 12ª Conferência Anual, em Berlim, foi presente nesta 2ª Conferência de Roterdão pelo Grupo de Trabalho do Meio Marinho para tal encarregado.
- Devido às responsabilidades assumidas ao longo deste processo o Conselho fez-se representar nesta Conferência pelo Presidente, Mário Ruivo (especialmente convidado para o efeito).



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

ANEXOS



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

Anexo I - Balancete da Execução Orçamental de Funcionamento Relativa ao Ano de 2004

15 02 04 00 - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
2041 - Administração e Regulamentação

Classificação Económica (1)	Designação (2)	Dotação Corrigida Congelamentos (3)	Duodécimos Vencidos (4)	Comprimissos Reposições (5)	Saldo Disponível (6= 3-5)
01 01 06 00 00	Pessoal contratado a termo				0,00
01 01 09 00 00	Pessoal em qualquer outra situação	67.875,00	67.875,00	67.874,36	0,64
01 01 13 00 00	Subsídio de refeição	2.413,00	2.413,00	2.301,64	111,36
01 01 14 00 00	Súbsídio de férias e de Natal	12.014,00	12.014,00	12.013,86	0,14
01 02 02 00 00	Horas extraordinárias	1.339,00	1.339,00	550,70	788,30
01 02 04 00 00	Ajudas de custo	12.000,00	12.000,00	11.740,84	259,16
01 02 13 00 00	Outros suplementos e prémios	12.414,00	12.414,00	4.593,18	7.820,82
01 03 03 00 00	Subsídio familiar a crianças e jovens	246,00	246,00	83,44	162,56
02 01 05 00 00	Alimentação-refeições confeccionadas	251,00	251,00	250,15	0,85
02 01 08 00 00	Material de escritório	3.000,00	3.000,00	1.744,44	1.255,56
02 01 21 00 00	Outros bens	500,00	500,00	304,36	195,64
02 02 03 00 00	Conservação de bens	500,00	500,00	278,69	221,31
02 02 09 00 00	Comunicações	1.487,00	1.487,00	290,42	1.196,58
02 02 09 ZZ 99	Comunicações - Dívidas transitadas de 2002	13,00	13,00	12,13	0,87
02 02 10 00 00	Transportes	368,00	368,00	368,00	0,00
02 02 11 00 00	Representação dos serviços	2.381,00	2.381,00	920,84	1.460,16
02 02 13 00 00	Deslocações e estadas	8.791,00	8.791,00	8.637,58	153,42
02 02 13 ZZ 00	Deslocações e estadas - Dívidas transitadas de 2002	209,00	209,00	208,76	0,24
02 02 14 00 00	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	6.755,00	6.755,00	1.582,70	5.172,30
02 02 18 00 00	Vigilância e segurança	143,00	143,00	142,80	0,20
02 02 19 00 00	Assistência técnica	1.000,00	1.000,00	968,13	31,87
02 02 20 00 00	Outros trabalhos especializados	810,00	810,00	809,20	0,80
02 02 25 00 00	Outros serviços	8.867,00	8.867,00	759,70	8.107,30
04 09 02 00 00	Resto do Mundo-União Europeia- Países Membros	9.250,00	9.250,00	7.500,00	1.750,00
07 01 08 A0 00	Software informático	200,00	200,00	0,00	200,00
07 01 09 A0 00	Equipamento informático	200,00	200,00	0,00	200,00
Total Classificação Funcional:		153.026,00	153.026,00	123.935,92	29.090,08
Total Classificação Orgânica:		153.026,00	153.026,00	123.935,92	29.090,08
Total Geral:		153.026,00	153.026,00	123.935,92	29.090,08



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

ANEXO II

Quadro das Reuniões Plenárias do CNADS em 2004

Reunião	Data	Assuntos mais Relevantes
1ª Extraordinária	22 de Abril	<ul style="list-style-type: none">➤ Projecto de alteração do Decreto-Lei n.º 221/97;➤ Alteração ao diploma orgânico do CNADS;➤ Reunião do <i>Seteering Committee dos EEAC</i> em Bruxelas, em 2004,02,14 e Conferência de <i>Kinsale</i>;➤ Reunião de Londres do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Biodiversidade;➤ Reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Ambiente Marinho;➤ Estudo de <i>Benchmarking</i> das Estratégias Nacionais de Desenvolvimento Sustentável (EEAC);➤ Forum Agenda 21 Local (FOCA);➤ Parecer sobre o Projecto de Lei que regula o acesso aos Documentos Administrativos (LADA);➤ Debate sobre a Proposta de Reflexão da REN e a RAN.
1ª Ordinária	17 de Junho	<ul style="list-style-type: none">➤ Apreciação e debate e aprovação do Parecer sobre o Projecto de Lei n.º 381/XI/2ª; que regula o Acesso aos Documentos Administrativos;➤ Projecto de Decreto-Lei sobre avaliação de Planos e Programas➤ Preparação do Plano de Actividades 2002/2004 do CNADS.
2ª Ordinária	22 de Julho	<ul style="list-style-type: none">➤ Informações e preparação da XII Conferência Anual dos Conselhos Europeus, a realizar em Berlim;➤ <i>Brainstorming</i> sobre a preparação do Forum Agenda 21 Local (FOCA);➤ Apreciação e Aprovação do Relatório de actividades do CNADS em 2003;➤ Preparação e debate sobre as audições para o Parecer sobre a REN e RAN.
3ª Ordinária	22 de Setembro	<ul style="list-style-type: none">➤ Apresentações e troca de impressões com os Membros do Governo, Ministro do Ambiente Ordenamento do Território, Dr. Luís Nobre Guedes, e Secretário de Estado Adjunto, Eng.º Jorge Moreira da Silva;



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

		<ul style="list-style-type: none">➤ Preparação do Plano de Actividades 2002/2004 do CNADS.
4ª Ordinária	27 de Outubro	<ul style="list-style-type: none">➤ Relatório sobre a 12ª Conferência Anual dos EEAC, em Berlim;➤ Preparação do Fórum “Agenda 21 Local – Sustentabilidade e Municipalismo” (Jan. 2005),➤ Apreciação do documento dos EEAC sobre as “Metas Europeias para a Redução de Gases com Efeito de Estufa para 2020 e 2050;➤ Aprovação do Parecer sobre o Novo regime da REN, da RAN e Disciplina da Construção fora dos Perímetros Urbanos;➤ Apreciação do Projecto de Reflexão sobre a “Estratégia Nacional de desenvolvimento Sustentável”.
5ª Ordinária	30 de Novembro	<ul style="list-style-type: none">➤ Preparação do “Forum Agenda 21 Local”;➤ 2ª Conferência de <i>Stakeholders</i> sobre Estratégia Marinha Europeia, em Roterdão;➤ Declaração dos EEAC sobre metas para redução dos gases a ser circulada pelos membros do Governo e Assembleia da República;➤ Aprovação da Reflexão sobre a Estratégia de desenvolvimento Sustentável;➤ Grandes linhas para o 3º Plano de Actividades do CNADS.



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

Anexo III

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Escala Nacional, durante o ano de 2004

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Data, Local, Organização	Participantes
Workshop sobre “ Reabilitação Ambiental das Áreas Mineiras Abandonadas”	29 de Janeiro, Auditório Lusitânia, JEMU/Embaixada Britânica	Conselheiro Faria e Santos
Que Modelos de Avaliação do Impacte Ambiental de Planos e Programas para Portugal?	18 de Fevereiro, Auditório do Metro de Lisboa, APAI/IA/Metropolitano	Conselheiro Henrique Schwarz
Seminário sobre o “Rumo à Sustentabilidade. O Plano Estratégico de Ambiente da Área Metropolitana do Porto. O Consumo Sustentável”	14 de Abril, Exponor, Lipor/Matosinhos	Conselheiro Rui Godinho
Seminário sobre a Estratégia de Lisboa	14 de Abril, Centro de Congressos de Lisboa, AIP/CIP	Conselheiros Faria e Santos e Jaime Braga
Planeamento do Território e Protecção da Floresta contra Incêndios	5 a 8 de Maio, Casa do Ambiente e do Cidadão, ISA/CNADS	Conselheiro Eugénio Sequeira e Secretário Executivo, Aristides Leitão
Colóquio sobre Riscos Ambientais em Portugal – Incertezas e Controvérsias	26 de Maio, Auditório B 104, ISCTE	Presidente do CNADS, Mário Ruivo, Conselheiro Henrique Schwarz, e Secretário Executivo, Aristides Leitão
Encontro Nacional sobre: “Cidade Que Temos, Cidade Que Queremos”	29 de Maio, Centro de Congressos de Lisboa/AIP	Conselheiro Nuno Portas
Seminário sobre: “Agricultura e Desertificação, Tendências, Riscos e Oportunidades”	2 de Junho, Auditório da Estação Agronómica Nacional	Conselheiro Eugénio Sequeira
Seminário sobre: “Portugal, um Território objecto de Medidas Estruturantes no Combate à Desertificação”	17 de Junho, Auditório do INIAP, Algés	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Colóquio sobre “Autarquias, Ambiente e Qualidades de Vida”	12 de Julho, Auditório do ICS, Observa/ISCTE/ICS/IA	Secretário Executivo, Aristides Leitão
8ª Conferência Nacional de Ambiente	27 a 29 de Outubro, UNL, Caparica	Conselheiro Carlos Borrego
Seminário “A Sustentabilidade da Nossa Terra”	2 de Novembro, Escola Superior de Educação de Setúbal, AFLOPS	Conselheiros Eugénio Sequeira e Viriato Soromenho-Marques
1ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes – Que Futuro para a Avaliação de Impactes?	3 a 5 de Novembro, APAI, Aveiro	Conselheiro Carlos Borrego



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

Lançamento do Livro “Concretização do Protocolo de Quioto – Os Acordos de Marraquexe e suas Implicações para a Estratégia Nacional de Combate às Alterações Climáticas”	10 de Novembro, Auditório do IA	Conselheiro Filipe Duarte Santos e Secretário Executivo, Aristides Leitão
Lançamento da versão Portuguesa das Directrizes “ <i>Global Reporting Initiative</i> ”	15 de Novembro, CCB	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Apresentação do Livro “Contributos Para a Caracterização e Identificação da Paisagem em Portugal Continental”/WBCSD	16 de Novembro, Auditório 2, Fundação Calouste Gulbenkian, DGOTDU	Conselheiro Eugénio Sequeira e Secretário Executivo, Aristides Leitão
A Responsabilidade Social em Acção	24 de Novembro, Centro Cultural de Belém	Secretário Executivo, Aristides Leitão
Seminário sobre “Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Da Escala Nacional À Regional”	17 de Dezembro, Universidade do Algarve, CCDR Algarve	Conselheiros Alveirinho Dias e Rui Godinho



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

ANEXO IV

Quadro das Principais Participações do CNADS em Conferências, Colóquios, Seminários ou Encontros à Escala Internacional, durante o ano de 2004

Congresso, Conferência, Encontro, Seminário	Data, Local, Organização	Participantes
<i>Reunião do Steering Committee dos EEAC</i>	16 a 19 de Janeiro, Bruxelas, Comité Directivo EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
Workshop sobre a Iniciativa “Global MarshalPlan”	29 a 30 de Janeiro, Bruxelas, ONG’s	Conselheira Luísa Schmidt
<i>Reunião do Grupo de Trabalho sobre Biodiversidade, dos EEAC.</i>	9 de Março Bruxelas, English Nature	Conselheiro António Domingos Abreu
Reunião do Grupo de Trabalho dos EEAC sobre Ambiente Marinho	30 de Março, Bruxelas (Scotland House)	Prof. Dr. Carlos Sousa Reis
<i>Conferencia sobre Desenvolvimento Sustentável</i>	15 e 16 de Abril, Kinsale (Cork), Irlanda	Conselheiros Viriato Soromenho-Marques, Henrique Schwarz e o Secretário Executivo Aristides Leitão
2º Workshop Europeu sobre a Iniciativa “Global MarshalPlan”	4 a 6 de Maio, Bruxelas, ONG’s	Conselheira Luísa Schmidt
<i>5ª Sessão UNICPOLOS –Informal Consultative Process on Oceans and Law of the Sea</i>	7 a 11 de Junho, Nova York, Nações Unidas	Secretário Executivo Aristides Leitão
<i>Reunião do Steering Committee dos EEAC com a Directora-Geral do Ambiente Catherine Day</i>	11 de Junho, Bruxelas, EEAC	Conselheiro Viriato Soromenho-Marques
<i>12ª Conferência Anual dos European Environment and Sustainable Development Advisory Councils - EEAC</i>	13 a 16 de Outubro, Berlin, EEAC	<i>Presidente, Prof Mário Ruivo, Conselheiros Viriato Soromenho-Marques, Eugénio Sequeira, Secretário Executivo Aristides Leitão, Prof Carlos Sousa Reis, Prof. Ricardo Serrão Santos e Comandante Joaquim Ferreira da Silva</i>
<i>2ª Conferência de “Stakeholders” sobre a Estratégia Marinha Europeia.</i>	10 a 12 de Outubro, Roterdão, Presidência Holandesa	<i>Prof Mário Ruivo e Secretário Executivo Aristides Leitão</i>



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151)

ANEXO V

Lista dos Membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável - entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2004

- Mário Ruivo, Presidente
- Ana Paula Fernandes
- António Domingos Abreu
- António Ferreira Afonso
- Carlos Alberto Soares Borrego¹
- Carlos Luís Figueira
- Eugénio Menezes Sequeira
- Filipe Duarte Santos
- Francisco Ferreira
- Henrique Schwarz
- Jaime Braga
- Joaquim Barreto
- João Alveirinho Dias²
- João Fontes Dinis
- João Santos Pereira
- José Carlos Morais
- José Faria e Santos
- José Guerreiro[•]
- José Guerreiro dos Santos
- José Manuel Calheiros
- Luísa Schmidt
- Luís Brás[•]
- Luís Ramalhosa Guerreiro
- Luís Lopes
- Luís Veiga da Cunha
- Manuel Dias
- Manuel Ferreira dos Santos
- Nuno Portas
- Rúben Menezes
- Rui Godinho
- Victor Martins
- Victor Santos
- Viriato Soromenho-Marques

¹ Designado para o lugar deixado vago pelo Prof Rosa Pires

² Designado para o lugar deixado vago pela Prof. Maria João Bebianio

[•] Reconduzido em 2004



Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
(*Orgão independente criado pelo Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, DR I-A n.º 151*)

*Coordenação de Redacção: Aristides G. Leitão
Isabel Mertens
Maria das Neves Farinha*

Execução Gráfica: Maria das Neves Farinha